

MORAL KANTIANA

Em seus estudos publicados com os nomes de *Fundamentação da metafísica dos costumes* e *A Crítica da Razão Prática*, Immanuel Kant defendeu que a razão pura prática deve ser a determinante da vontade da ação e tal ação deve ser independente de todos os elementos sensíveis. A essa ação puramente racional ele denominou de moral.

1 FUNDAMENTAÇÃO DA MORAL

Kant sustentou a sua moral em formas apriorísticas, livres de quaisquer inclinações psicológicas e que tenham o seu fim na própria ação. Partindo desse pressuposto ele procurou demonstrar que os argumentos da ação moral sustentada pelas inclinações psicológicas são inconsistentes e logicamente inaceitáveis, pois

[...] a lei moral, na sua pureza e legítima essência – que é o que mais importa na prática - não se pode procurar senão em uma filosofia pura; esta metafísica deverá, pois, preceder, não havendo sem ela nenhuma filosofia moral; e aquela filosofia que conjuga esses princípios puros com os empíricos não merece o nome de filosofia [...], e muito menos ainda, o de Filosofia moral, porque, precisamente com essa mistura dos princípios menoscabava a pureza dos costumes, laborando contra o seu próprio fim. (KANT, 19???. p. 28).

Logo, buscar sustentação moral em causas empíricas seria um equívoco, por não ser livre.

O princípio supremo da moral kantiana é a liberdade no agir. Portanto, esse agir não pode ser efeito, deve ser causa. E, para ser causa a ação necessita estar sustentada pela razão pura que, para Kant, seria causa de toda ação moral. Assim, para o filósofo, o equívoco de muitos moralistas foi conceituarem o efeito como causa do sumo bem. Dessa conceituação equivocada surge a fragilidade de tal moral, pois toda ação que estiver sustentada por dados empíricos - o amor próprio - conduz a uma ação heterônoma¹.

¹ É a ação motivada por algo externo ao sujeito. É a ação segundo normas externa, por exemplo, o Direito positivado, portanto, não livre.

Para Kant (1994. p. 89), a lei moral, como determinante de si, destrói os sentimentos e o amor próprio, pois qualquer inclinação seria sinonímia de egoísmo. Ele afirmou que o conjunto de inclinações psicológicas ou é

[...] amor de si (Selbstliebe), a benevolência (Wohlwollen) acima de tudo para consigo mesmo (philautia) ou a complacência (Wohlgefallen) em si próprio (arrogantia). Aquele se chama especialmente amor próprio (Eigenliebe), esta a presunção (Eigendünkel).

Quando a moral se torna prática, tendo a razão como causa da ação, ter-se-ia como consequência natural a destruição do amor próprio e do egoísmo. Visto que “[...] a razão pura prática causa dano só ao amor próprio, ao restringir este, que é natural e desperta em nós antes da lei moral, à única condição de se harmonizar com esta lei, chama-se então amor de si racional” (KANT, 1994. p. 89). Portanto, para o filósofo existiria diferença entre amor próprio e amor racional.

O amor próprio é uma exigência egoísta e a ação que dele decorre é ilegítima, pois está voltada para o particular, para si. Já, o amor alicerçado na razão é o amor à lei da razão, que é universal e a ação que dele decorre não deve trazer benefícios só para sujeito que agiu, mas para toda a humanidade. O amor racional, segundo Kant (1994. p. 89), aniquilaria a presunção “[...] visto que todas as pretensões de autoestima, que precedem / ¹³⁰ o acordo com a lei moral são vãs e ilegítimas, porque mesmo a certeza de uma disposição que se harmoniza com esta lei é a primeira condição de todo o valor da pessoa”. Assim, ele sustentou que toda a ação para ser moral, deve ser livre.

Portanto, a liberdade é esteio da moralidade kantiana e a razão é a força motriz, do agir livre, porque tal ação não é causada por algo anterior à razão, mas é causa de si. Dessa forma ele distingue a ação empírica da ação racional, demonstrando a importância e a validade da ação livre. Assim, ele demonstrou primeiramente a causa da lei moral, para depois fundamentar o efeito, que é aquilo que pode ser denominado bem ou mal.

2 O CONCEITO DO BEM

A razão prática possui dois objetos: o bem e o mal. Para compreender a moral kantiana, é necessário distinguir o Bem, do agradável e o Mal, do

desagradável e separar também o Bem e o Mal em si, que são universais, de um bem ou um mal para o homem, que são particulares. Um bem ou um mal, para o homem, são os dados dos sentidos que lhes são agradáveis ou desagradáveis. O Bem ou o Mal em si são os dados a priori da razão.

O Bem e o Mal² constituem o objeto da razão prática, pois,

[...] os únicos objetos (Objekte) de uma razão prática são, portanto, constituídos pelo Bem (Gut) e pelo Mal (Böse). Efetivamente, pelo primeiro, entende-se um objeto (Gegenstand) necessário da faculdade de desejar, pelo segundo, um objeto necessário da faculdade de aversão, ambos, porém, em conformidade com um princípio da razão. (KANT, 1994. p.72)

Para Kant (1994. p. 77), deve-se, primeiro, fundamentar a lei moral e depois determinar por meio dela, bem e mal particular. Pois, “[...] o conceito do bem e do mal não deve ser determinado antes da lei moral (à qual, na aparência, ele deveria servir de fundamento), mas apenas (como também aqui acontece) segundo ela e por ela”. Portanto, os conceitos do Bem e do Mal são a priori, pois estão conforme a lei da razão.

Formulando os objetos da razão prática, Kant elucida o princípio da moralidade, como uma lei racional (transcendental), determinante da vontade humana. Pois, sendo a vontade determinada pela ação moral, conduz a mesma à autonomia³ e à possibilidade de se respeitar a lei moral.

3 RESPEITO À LEI DA RAZÃO

O respeito à lei da razão é um sentimento moral próprio da natureza humana. Portanto, essa lei só refere aos homens e não às coisas. Pois, as coisas, como afirma o filósofo, só podem “[...] suscitar em nós as inclinações e, se forem animais (por exemplo, cavalos, cães, etc.), até mesmo o amor, ou também o temor, como o mar, um vulcão, uma fera, mas nunca o respeito.” (KANT, 1994. p. 92). Assim,

² Caigill (2000, p. 222) afirma que para Kant “a origem do mal não reside num objeto determinante da vontade, nem numa inclinação ou impulso natural, mas, tão somente, em uma regra produzida pela vontade para o uso de sua liberdade, isto é, numa máxima”.

³ O conceito de autonomia está relacionado com a liberdade da ação moral, a qual deve ser determinada pela razão.

somente a razão pode produzir o sentimento moral de respeito e só ela pode fazer da lei moral a máxima de ação humana.

É importante fazer uma distinção entre o respeito por temor ou emoção e o respeito atribuído às pessoas. O respeito por temor ou emoção, é aquela atribuída à natureza e Kant a converte em fonte de admiração e fascínio, o qual pode ser aplicado às coisas e aos homens. Já, o respeito atribuído às pessoas, aplica-se somente aos homens. Quando o homem toma o outro como uma alteridade, Kant o denomina como ser racional, pois o outro passa a ter um “valor absoluto”. Portanto, o outro se torna um fim em si e não um meio, torna-se um igual. O outro deixa de ser objeto e passa-se sujeito.

Kant afirma que o respeito à lei moral é uma faculdade que não pode ser recusada pelo homem, pois isso independe do seu querer. Esse respeito tem origem na razão e segue a sua lei. Tal respeito não é algo que cause deleite e é de natureza negativa. Pois, nega as inclinações da sensibilidade do homem, dando origem a um sentimento de dor, constrangendo o amor-próprio, tornando nulas e ilegítimas todas as pretensões vaidosas, visto que “[...] a lei moral inevitavelmente humilha a todo o homem que confronta com ela a tendência sensível de sua natureza” (KANT, 1994, p. 90). Porém, ao mesmo tempo em que a lei moral destrói o egoísmo do homem, força o respeito intersubjetivo, sendo este o dado positivo da lei moral.

Para Kant, a obediência à lei moral é facilitada pelo sentimento de respeito que tal lei nos impõe. Esse sentimento tem como função coibir as inclinações sensíveis, destruindo as vaidades do homem. Por isso esse sentimento é puramente humano.

Assim, Kant propõe que a moral não pode ser alicerçada nos dados sensíveis, já que as ações do homem ali alicerçadas não poderiam ser universalizadas. Para poder ser universalizada, segundo o filósofo, a causa do agir moral deve ser por dever racional.

4 POR DEVER E EM CONFORMIDADE COM O DEVER

Kant, ao fundamentar a sua moral, aponta a razão como determinante de toda ação moral. Para ele, se a ação não for sustentada pela razão, mesmo sendo uma boa ação, ela não será moral, por não ter valor universal e não ser considerada livre.

A ação moral deve estar livre de inclinações psicológicas, de interesse pessoal e ser realizada pela vontade boa e por dever racional. Assim, só é moral a ação que pode ser universalizada.

Kant afirma que o homem tem muitas qualidades, consideradas boas, como “[...] a intuição, o gracejo, o Juízo, ou como queiram chamar-se os talentos do espírito; o valor, a decisão, a perseverança dos propósitos, como qualidades do temperamento, são sem dúvida, em certos aspectos, bons e desejáveis”, (KANT, 19??, p. 37). Porém, para ele, a única coisa considerada ilimitadamente boa é a vontade boa que é determinada por leis universais. Pois, sem essa vontade boa todas as qualidades do homem se tornam más e perniciosas.

Assim, as qualidades humanas que não se fundamentem na vontade boa podem se transformar em defeitos. Uma ação pode ser praticada astuciosamente. Porém, se tal ação não vier acompanhada de uma vontade boa, poderá tornar-se má por não poder ser universalizada. Um exemplo é o homem que mente para conseguir se livrar ou adquirir algo. A mentira em si, segundo Kant, traz consequências funestas. Pois, gera a perda de confiança e causa prejuízos aos outros homens, destruindo o direito universal, que é de todos, independentemente das consequências, saberem sempre a verdade. Kant adverte que

[...] quem mente, por mais bondosa que possa ser sua intenção, deve responder pelas consequências de sua ação; [...] é portanto um sagrado mandamento da razão, que ordena incondicionalmente e não admite limitação por qualquer espécie de conveniência, o seguinte: ser verídico (honesto) em todas as declarações. (KANT, 2005, p. 74-75).

Embora alguns pensadores argumentem que somente os homens honestos mereçam a honestidade. Logo, o bandido por ser desonesto e mentiroso não mereceria a verdade e a honestidade. Essa argumentação não tem sustentação no sistema kantiano. Pois, a mentira, por mais inofensiva que ela possa parecer, jamais pode ser universalizada, porque se assim o fosse, destruiria a verdade.

A ação moral deve ser realizada não para obter prazeres sensíveis, mas somente para obedecer à lei do dever, que é puramente racional. Existem ações que aparentam certa honestidade, mas não podem ser chamadas morais. Pois, são executas por impulsos diversos daquele do cumprimento do próprio dever da razão.

Também aquele que obedece a uma atitude nobre, como a de ajudar ao próximo, não cumpre uma ação moral se tal ação for por interesse prazeroso que o outro possa lhe dar ou oferecer. Por exemplo: Quando alguém dá uma esmola à outra pessoa, é uma ação boa. Porém, ela pode ser uma ação moral ou não. Se a esmola for dada com o pensamento de receber uma recompensa nessa vida (reconhecimento social) ou em outra vida futura (salvação anímica), não é uma ação moral, por não ser boa em si. Pois, a causa de tal ação está colocada externamente ao sujeito que agiu. Mas, se, independente de recompensas imediatas ou futuras, a esmola for dada porque a razão dita que devemos ajudar ao próximo, visto que o outro é um sujeito e não objeto de prazer para quem dá a esmola, então essa ação, além de boa, é moral.

Outro exemplo trivial de ação moral: Em uma grande cidade, na hora do *rush*, em um ônibus lotado, estamos confortavelmente sentados, quando alguém, com um bebê nos braços, para em pé ao nosso lado. Temos três formas de agir, mas somente uma delas é ação moral. Primeiro, viramo-nos para o lado e ignoramos a presença de tal pessoa. Estamos agindo como todos os animais, buscando o prazer (ficar sentado) e fugindo da dor (ficar em pé, levar empurrões, etc.). Segundo, olhamos e, se é mulher bonita, levantamo-nos e damos o lugar. Em seguida tentamos iniciar um bate-papo com intenções duvidosas. O ato de ceder o lugar à mulher bonita é uma ação boa. Porém, não é uma ação moral. Pois, ação foi causada algo externo à razão e apostamos em uma possível recompensa prazerosa futura. Terceiro, podemos, sem olhar se é homem ou mulher, bonita ou não, nem levantamos os olhos para o céu e pensarmos “Senhor substitua aquele desliz de ontem por essa boa ação de hoje”. Simplesmente, levantamo-nos e cedemos o lugar. Pois, racionalmente sabemos que em um ônibus lotado, se ocorrer uma frenagem brusca do mesmo, a criança, que está nos braços de alguém, pode cair e se ferir ou até falecer. Essa ação, além de boa, é moral, pois não esperamos recompensas nesta vida, nem em outra qualquer.

Assim, a ação moral não pode ser determinada por um objeto da faculdade humana de desejar, como por exemplo, agir porque tal ação lhe fará algum bem, ou trará reconhecimento social. O homem deve agir unicamente pelo que determina a razão, refletindo seu efeito na vontade boa.

A medida da moral kantiana é o dever racional. É esse dever racional que vai permitir saber se uma ação é autônoma ou heterônoma. Se ela é por sentimentos

particulares, ou por obrigatoriedade à lei da razão. Se, uma ação é livre ou não livre. Pois, o conceito de dever, segundo Kant, exige

[...] na acção a conformidade com a lei, mas subjetivamente, na máxima desta mesma acção, o respeito pela lei enquanto modo único de determinação da vontade pela mesma. E aí se baseia a diferença entre a consciência de ter agido em conformidade com o dever (pflichtmässig) e por dever (aus Pflicht), isto é, a partir do respeito pela lei; o primeiro caso (a legalidade) é também possível, se as inclinações tivessem sido unicamente os princípios determinantes da vontade, mas o segundo (a moralidade), o valor moral, deve exclusivamente situar-se no facto de a acção ter lugar a partir do dever, isto é, somente por amor à lei. (KANT, 1994, p.97).

Então, a ação é moral quando for cumprida por dever racional. Quando a mesma for cumprida conforme ao dever legal, tem-se a legalidade. Ou seja, a conformidade ou inconformidade da ação com a lei positivada (o Direito)⁴. Já, a concepção do dever alicerçada na lei da razão, como o impulso para a ação, chama-se moralidade. Ela afirma que todos os juízos morais devem atender com precisão

[...] ao princípio subjetivo de todas as máximas, a fim de se colocar toda moralidade das acções na necessidade de agir por dever e por respeito pela lei, não por amor e por inclinação. [...] Para os homens e todos os seres racionais criados, a necessidade moral é constrangimento, isto é, uma obrigação (Verbindlichkeit) e toda a ação aí fundada deve ser representada como um dever, mas não como um modo de procedimento que já nos agrada ou nos pode agradar por si mesmo. (KANT, 1994, p. 97.)

Kant considera que o dever está sustentado pela lei da razão, cuja validade será para todos os seres racionais, sendo por isso, a lei da vontade humana. Porém, se ação derivar da disposição particular do homem, como dos sentimentos e inclinações psicológicas ou tendências (empíricas), extinguir-se-á o valor racional, e emergirá daí apenas uma máxima⁵, mas nunca uma lei racional. Portanto, quanto

⁴ Kant (*apud* CAYGILL, 2000, p. 211) assumia que as leis positivadas são justas, pois as leis promulgadas e sancionadas pela autoridade suprema “determinam o que é justo, e o jurista deve rechaçar prontamente como absurda qualquer outra questão que discuta a legitimidade e justiça dos decretos.” E, os filósofos devem dizer se tais leis estão ou não de acordo com as leis da razão.

⁵ Máxima é o princípio subjetivo da vontade. É o princípio pelo qual o sujeito **age**. Distingue-se do princípio objetivo que é o princípio pelo qual o sujeito racionalmente **deveria** agir. (CAYGILL, 2000, P. 226). Grifo nosso.

menos a ação for sustentada nas causas empíricas, mais chance ela terá de ser um imperativo categórico.

5 IMPERATIVOS

Para Kant os imperativos tomam inúmeras formas. Ele os divide em categóricos e hipotéticos. O imperativo categórico é a declaração da ação como objetivamente necessária por si e independente de qualquer pretensão de recompensa nessa vida ou em outra futura. É um princípio prático.

O imperativo hipotético refere-se a uma boa ação e serve de meio para atingir uma finalidade, não importando se o fim é racional e bom. Por exemplo, a técnica para enriquecer um material radioativo é a mesma tanto para produzir uma bomba atômica como para tratar câncer.

Os imperativos categóricos são prescrições para uma ação boa em si, cuja fórmula é: Deve você executar a ação “A” porque ela está alicerçada na lei da razão. O imperativo categórico é um princípio apodítico-prático.

Os imperativos hipotéticos são recomendações para alcançar uma finalidade e aponta se a ação é boa para algum propósito possível ou real. Por exemplo, se você quer realizar “p” e “q”, então faça “r” e “s”. Se o fim for um pressuposto real, como concluir o curso universitário (r) e se formar (s), então o conselho de prudência será, se estudar (p) e passar em todas as disciplinas (q), então concluirá o curso universitário (r) e formar-se-á (s).

Kant afirma que o imperativo hipotético é um mandato de sagacidade⁶, pois a capacidade

[...] para escolher os meios conducentes ao maior bem-estar próprio, podemos chamá-la sagacidade no sentido estrito. Dessa forma, pois, o imperativo que se refere à escolha dos meios para a própria felicidade, isto é, o preceito de sagacidade, é hipotético: a ação não é enviada em absoluto, mas sim como meio para outro propósito. (KANT, 19??, p. 65).

⁶ A palavra sagacidade pode ser tomada em dois sentidos: num caso pode levar o nome de sagacidade mundana; noutro, o de sagacidade privada. A primeira é **a habilidade** de um homem que tem influência sobre os demais para usá-la na consecução dos seus propósitos; na segunda é **o conhecimento** que reúne todos esses propósitos para o próprio proveito durador. A segunda é propriamente a que dá valor à primeira, e da qual é sagaz na primeira acepção, e não na segunda, podendo-se dizer melhor: é hábil e astuto, mas no total não é sagaz. (KANT, 19??, p. 127). Grifo nosso.

Como o propósito da felicidade, que todos o possuem, está na natureza do homem. Kant denomina de assertórico o imperativo hipotético que representa a necessidade prática para fomentar a felicidade humana. Mas, por ser uma lei da razão, somente o imperativo categórico pode ser considerado como moral. Pois, impõe ao homem agir “[...] segundo uma máxima tal que possa querer ao mesmo tempo em que se torne lei universal”. (KANT, 19??, p. 70).

Portanto, Kant aponta que a ação moral é aquela na qual o homem age com autonomia.

6 AUTONOMIA E HETERONOMIA

Kant define autonomia da vontade como sendo “[...] a constituição da vontade, pela qual ela é para si mesma uma lei. (...) O princípio da autonomia é que as máximas da escolha (...) sejam ao mesmo tempo incluídas como lei universal”. (KANT, 19??, p. 92.). Portanto, a autonomia da vontade é a faculdade da razão de legislar para si mesma.

A autonomia da vontade se assenta na razão e independe de qualquer causa externa ao homem. Seguindo a máxima kantiana, a autonomia da vontade só pode causar bem para a humanidade.

Denomina-se heteronomia a liberdade da vontade. A liberdade da vontade proporciona a responsabilidade nas escolhas certas ou erradas, podendo essas causar um grande bem ou um grande mal, visto que tais escolhas são feitas a partir de objetos externos ao sujeito, que nem sempre estão sustentadas pelas leis da razão.

A ação heterônoma se sustenta em princípios empíricos e aquele que age por tais princípios busca o prazer e foge da dor, como o fazem todos os animais não dotados de razão. Assim, o homem que age por mediação dos sentidos, torna-se escravo dos estímulos externos e sua ação será sempre o efeito e nunca a causa. Portanto, perde a liberdade e se torna escravo dos seus desejos, transformando a vontade boa em vontade de adequação aos meios para conseguir um fim. E, para Kant, faltando autonomia na ação, pode-se ter a legalidade, mas, jamais a moralidade.

Dessa forma Kant diferencia a vontade livre (heteronímia) da autonomia da vontade. Pois, as ações humanas podem se fundamentar em princípios empíricos

ou racionais e aponta que os princípios empíricos não podem servir de sustentação das leis morais. Pois, “[...] o princípio da própria felicidade é o mais rejeitável, não só porque é falso, mas porque a experiência contradiz a suposição de que o bem-estar se rege pelo bem-agir”. (KANT, 19??, p. 94).

Kant explica que a heteronomia é um imperativo hipotético, ou seja, o homem age sempre esperando receber uma recompensa por ter agido dessa ou daquela maneira. Portanto, diferente do imperativo categórico que não espera recompensa alguma nesse mundo ou em outro qualquer. Assim, o homem que não mente porque teme ser desmentido e ficar desonrado, está fazendo uma boa ação, uma ação ética. Porém, não está agindo moralmente. Mas, aquele que não mente, mesmo sabendo que a sua mentira jamais seria descoberta, esse homem está agindo moralmente, pois preferiu a verdade de forma incondicional.

Conclui-se que a vontade moral é aquela que obedece unicamente a lei da razão e não se deixa determinar por inclinações ou interesses projetados na ação, como o faz na heteronomia.

Para Kant, a ação ou é sustentada pela vontade autônoma - livre - ou não é moral. Pois, qualquer objeto externo à razão que determine de maneira interesseira a ação do homem, desqualifica a moral. São nas leis da razão, ou seja, nos princípios da perfeição divina que está sustentada a moralidade kantiana. Na perfeição divina porque as revelações da vontade de um sujeito divino devem sempre concordar com as leis da razão. Se houver tal discordância, para Kant, o erro deve estar na interpretação de tal revelação e não na razão. Pois, tal interpretação é feita por homem que pode mentir e não usar as leis da razão.

A moralidade é a relação das ações com a autonomia da vontade, interligadas à legislação universal tornada possível por mediação das suas máximas. O princípio maior da moral kantiana é a liberdade, entendida como faculdade de adequar as ações humanas às leis da razão. Portanto, a moral kantiana defende que a vontade, sustentada como causa, é livre, e que, se assim não o for, não será possível a ação moral, tampouco haverá espaço para a responsabilidade moral.

7 MORAL E LIBERDADE

A moral kantiana procura defender, sob todos os aspectos, a liberdade, visto que Kant não aceita conciliar liberdade e determinismo. Pois, para ele, o homem é racionalmente livre e os animais instintivamente determinados.

Para Kant, o homem livre é aquele, cuja escolha está fundamentada na razão. Pois, a liberdade sempre deve ser mais do que uma simples escolha, caso contrário ela não é melhor do que a liberdade do piloto-automático que conduz o avião desde que alguém lhe dê previamente as coordenadas de direção. Liberdade é agir racionalmente, tendo a razão como causa da ação.

Para sustentar a liberdade humana, Kant recorre ao determinismo animal. Os animais agem sempre por inclinações, seja quando estão com fome, ou quando vão se acasalar. O homem, sendo um animal racional, ele é quem decide quais inclinações deve seguir e se quer, ou não, obedecer às leis morais. Portanto, só a ele cabem a responsabilidade e as consequências de seus atos.

Reduzir o homem ao corpo sensível é afirmar que suas ações são causalmente determinadas, tal qual a ação de uma máquina. Kant refuta tal reducionismo e afirma que a razão é a causa, a priori, da ação tida como moral. Pois, o homem é um ser dotado de razão, por isso é um cidadão de dois mundos. Do mundo sensível e do mundo inteligível. Como ser racional, o homem é livre. Assim, para Kant, agir com independência das causas sensível é liberdade. Logo, o homem que age movido apenas pelos sentidos, age como uma máquina⁷ e não como um humano.

Porém, para Kant, somente é cognoscível o mundo da causalidade empírica. Ou seja, aquele no qual o fenômeno (*phenomena*)⁸ pode ser apreendido pelos sentidos. Portanto, o homem só pode conhecer as coisas que estão no tempo e no espaço. Para que o conhecimento ocorra, o homem trás dentro de si formas, a priori, de tempo, de espaço e de causalidade. Mas, para conhecer as coisas do mundo sensível, o homem necessita de contato físico com o objeto a ser conhecido. Pois,

⁷ A máquina para cada input ocorre um output. Em outras palavras, movimentos externos produzem, na máquina, movimentos internos dos quais derivam repostas.

⁸ Fenômeno são as manifestações dos objetos da sensibilidade. (CAYGILL, 2000, pg. 149).

sem o contato empírico as formas não serão preenchidas. Serão apenas formas vazias.

O mundo inteligível que é numenal (*noumena*)⁹ é o mundo das formas a priori. Esse mundo é transcendentemente ideal e não é dado ao homem conhecê-lo, mas apenas pensá-lo. A razão prática pode hipotetizá-lo e é partir disso que Kant encontra um lugar para a livre vontade. Essa vontade livre, por ser *numenal*, é superior aos conhecimentos empíricos. Mas, pela ação humana esse mundo numênico se torna fenômeno e pode ser conhecido pelo homem.

A moral kantiana é noumenal, o que impossibilita a experiência para comprovar se a ação é efetivamente moral ou não, pois é

[...] absolutamente impossível determinar por experiência e com absoluta certeza um único caso no qual a máxima de uma ação, conformada em tudo ao dever, haja tido sua base exclusivamente em fundamentos morais e na representação do dever, (...) porque quando se trata valor moral, não importam as ações, que se vêem, mas sim aqueles princípios íntimos das mesmas, que não se vêem. (KANT, 19??, p.56).

Portanto, a moral kantiana é de primeira pessoa, ou seja, somente o próprio sujeito tem acesso ao motivo de sua ação e julgar se foi, ou não, um ato moral.

Essa é a grande dificuldade da moral kantiana, pois, não se consegue demonstrar com clareza e distinção, um único caso em que a máxima de uma ação tenha sido fundamentada nos motivos morais, na obrigação da lei da razão e na sua universalização. Pois, é extremamente difícil concluir, com segurança, que uma determinada ação de um homem não tenha sido pelo impulso secreto do amor-próprio.

Essa dificuldade existe, mas não invalida a moral kantiana. Pois, racionalmente sabemos que alguém, algum dia, já agiu segundo a máxima da Razão. Portanto, a ação racional existe e é possível que, algum dia todos a sigam. Quando isso ocorrer, aparece um problema: Se todos os homens se tornarem humanos e cada um agir de forma que a sua ação possa ser universalizada, isto é, que ação de um não ofenda ao outro, qual será a função do Estado e do Direito?

Toledo (PR), maio de 2006.

⁹ Noumena (numenon) são objetos inteligíveis, os quais só podem ser conhecidos por processos inteligíveis. Ibidem.

REFERÊNCIAS

CAYGILL, Howard. **Dicionário de Kant**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

KANT, I. **Textos seletos**. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. **Crítica da Razão Prática**. Trad. De Artur Morão. Lisboa: Edições, 70, 1994.

_____. **Fundamentos da Metafísica dos Costumes**. Trad. Lourival Q. Henkel. Rio de Janeiro: Tecnoprint S/A, 19???. ISBN 85-00-91186-7

_____. **A doutrina do direito**. Trad. Edson Bini. 2. ed. São Paulo: Ícone, 1993.

_____. **La Metafísica de las Costumbres**. Trad. Adela C. Orts y Jesus C. Sancho. Madrid: Unigraf, 1989.

_____. **Prolegomenos**. Trad. Julian Besteiro. Buenos Aires: M. Aguilar Editor, 1961.

_____. **A paz perpétua e outros opúsculos**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições, 70, 1988.

_____. **Crítica da Faculdade do Juízo**. Trad. Valério Rohden e Antonio Marques. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

_____. **Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. Trad. Rodrigo Naves e Ricardo R. Terra. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **A religião nos limites da simples razão**. Trad. Ciro Mioranza. São Paulo: Editora Escala, 200?. ISBN 85-7556-600-8

LEITE, Flamarion T. **O conceito de Direito em Kant**. São Paulo: Ícone, 1996.